

Propostas para construir uma Campinas para os trabalhadores

Em defesa da Vida: quarentena com garantia de emprego, renda e direitos! Apresentamos um programa emergencial para enfrentar a pandemia:

- Quarentena geral com renda, direitos e saúde! Realizar testes massivos na população até a fabricação e distribuição da vacina!
- Contra a reabertura das escolas até que haja uma vacina!
- Estabilidade no Emprego, sem redução de salários e direitos! Redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução de direitos! Estatizar as empresas que demitirem durante a pandemia!
- Pela manutenção do auxílio emergencial e extensão do seu valor para 2,5 salários mínimos e extensão enquanto durar a pandemia!
- Plano de obras publicas para construção de infraestrutura urbana e que gere empregos, com cota específica para mulheres e negros.
- Isenção de contas de água, luz, gás, aluguel, e construção de restaurantes populares que sirvam refeições a R\$ 1,00.
- Despejo zero! Moradia é um direito! Pela desapropriação imediata dos imóveis vagos para alojar desabrigados e acabar com o déficit habitacional
- Crédito a juros zero para os pequenos negócios, isenção de impostos e garantia do pagamento dos salários de empresas com até 20 trabalhadores.
- Revogar as Reformas Trabalhista e Previdenciária e a Lei das Terceirizações!
- Não à uberização do trabalho. Contratação de todos os trabalhadores de aplicativos pelas empresas (Uber, iFood, Rappi etc.), com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas garantidos.

Uma cidade a serviço dos trabalhadores e do povo pobre

Campinas tem um PIB de 20 bilhões [equivalente a países como Bolívia e Paraguai], tem o terceiro maior parque industrial do país e é a décima primeira cidade mais rica. Contudo, maior parte dessa riqueza é controlada pelas multinacionais instaladas na cidade, das 10 maiores empresas da RMC 6 são estrangeiras. No Brasil não é diferente, 60% da nossa economia está nas mãos do capital internacional. Não temos soberania nacional e toda riqueza produzida pelos trabalhadores não é destinada as necessidades dos que mais precisam.

O abismo social é gigantesco porque a riqueza é apropriada por grandes empresários e banqueiros, enquanto mais de 102 mil estão desempregados, sem contar os milhares de subempregados e desalentados. Apesar da média salarial ser de 3,9 salários mínimos per capita, temos mais de 30% da população vivendo em domicílios cuja renda é inferior a meio salário mínimo per capita. O capitalismo decadente, seja administrado por governos declaradamente da direita, da ultradireita como Bolsonaro, ou ditos de esquerda, não garante mais sequer o direito à vida e ao emprego digno. Seria possível garantir emprego com direitos, renda mínima, prorrogar e aumentar o auxílio emergencial de R\$ 600,00, garantir acesso a saúde, educação e moradia de qualidade, direito a

aposentadoria e seguridade social. Basta tirar o dinheiro de onde ele está concentrado: nas mãos dos bilionários, grandes empresários e banqueiros.

É hora de inverter essa lógica: Basta! Eles destroem o meio ambiente, privatizam os serviços públicos e ainda querem arrancar nossos direitos e empregos! Que os capitalistas paguem a conta da crise!

Que os ricos paguem a conta!

- Taxar em 40% as grandes fortunas dos bilionários, lucros e dividendos dos grandes acionistas.
- Criar um imposto sobre os super lucros dos 50 maiores bancos e cortar as remessas de lucros das grandes empresas!
- Fim dos incentivos fiscais da prefeitura as grandes empresas!
- Requisitar 50% do lucro líquido dos grandes bancos e das 15 maiores empresas da região metropolitana de Campinas
- Estatizar sob controle dos trabalhadores as grandes empresas que demitirem durante a pandemia!
- Estatização do sistema financeiro e formação de um banco estatal único que financie a reconstrução econômica e social do país e na cidade, empregando esse dinheiro arrecadado com as medidas acima para a construção de obras publicas que garantam casas e rede de saneamento básico universal, creches, escolas e centros de saúde nos bairros, restaurantes populares, rede de transporte metropolitano e ferroviária!
- Contra as privatizações das nossas estatais! Petrobras e Correios 100% estatais. Anulação de todas as privatizações da indústria e de serviços realizadas desde 1990, retomar o controle dessas empresas com comitês de gestão dos trabalhadores e organizações de usuários!
- Saúde e Educação são direitos e não mercadoria, fim das PPPs! Por uma lei de Responsabilidade Social que garanta mais investimento nas áreas sociais e transporte para garantir serviços de qualidade e gratuitos para todos!
- Internet gratuita para todos!

Uma cidade a serviço dos trabalhadores e do povo pobre

Deixando de pagar a dívida pública, taxando as grandes fortunas, criando imposto sobre dividendos, lucros e remessas ao exterior das grandes empresas e bancos, propomos criar um plano de obras publicas e investimento nas áreas sociais para:

Saúde

Este modelo de gestão é uma forma disfarçada de privatização e a relação das Organizações Sociais com a Saúde pública são uma forma de desviar recursos públicos, como foi o caso da Vitale no o hospital Ouro Verde, que está sob investigação no Ministério publico, acusada de desviar 4,5 milhões.

Os trabalhadores da saúde pagam a conta do descaso dos governos com a saúde. Na pandemia enfrentaram a falta de funcionários, principalmente da área de enfermagem e especialistas, pois não

foi aberto concurso público há anos. Além disso, muitos adoeceram pela COVID, pois os Epis demoraram a chegar e a falta de uma quarentena real superlotou os leitos.

Por outro lado, a pandemia demonstrou que um SUS gratuito, público e universal é imprescindível para que a classe trabalhadora e o povo pobre tenha acesso à saúde e se não fosse sua existência com certeza a tragédia sanitária seria muito maior.

- Em defesa do SUS com mais investimentos e valorização das servidoras e servidores!
- Municipalização do Ouro Verde e do complexo Mario Gatti. Contra as Organizações Sociais de saúde! Que a gestão seja feita por trabalhadores da saúde eleitos nos seus locais de trabalho.
- Garantia de testagem periódica dos profissionais de saúde e da população
- Contratação de mais profissionais de saúde, abertura de mais leitos de UTI e Hospitais de Campanha.
- Por condições dignas de trabalho para os servidores da saúde com insumos e equipamentos de proteção de qualidade em quantidade suficiente.
- Contra a Militarização e a censura no Ministério da Saúde!
- Implementar a fila única de leitos, centralizada pelo SUS, sem mediação de empresas privadas ou organizações sociais metidas em corrupção.

Educação

A educação passa por um processo de sucateamento, com cortes de verbas, falta de investimento público e desvalorização dos profissionais. As consequências são conhecidas por todos: precarização do ensino, falta de vagas e evasão, péssima estrutura, falta de materiais básicos, salas superlotadas, educadores mal remunerados e adoecendo, aumento do analfabetismo funcional, desvalorização da pesquisa e conhecimento científico e um longo etc.

Essa situação é consequência da política consciente de sucessivos governos, do âmbito federal ao municipal, que favorecem os grandes empresários do setor, com isenções fiscais, parcerias público-privadas e até compras de vagas das escolas privadas com recursos públicos. Esses governos sejam os ditos “de esquerda” como o PT, até PSDB, MDB e Bolsonaro, tem como objetivo privatizar a educação para coloca-lá a serviço do lucro dos grandes empresários, transformando a Educação numa mercadoria a serviço da formação de mão de obra barata.

A Educação é vista cada vez mais como um setor rentável para os empresários. Em 2013, por exemplo, os 2 maiores negócios anunciados no Brasil, envolveram empresas do ramo: a fusão do grupo Kroton e Anhanguera, e a aquisição do grupo Multi pela empresa britânica Pearson.

O governo Bolsonaro deu salto nessa lógica de entrega do nosso direito a educação para a iniciativa privada. Com diversas trocas de ministros da educação até a nomeação do atual ministro, todos declararam seu comprometimento com as pautas dos empresários da educação.

Em Campinas, a educação nunca deixou de ser uma pedra no sapato das prefeituras. Nas campanhas eleitorais, a educação sempre aparece entre as prioridades dos candidatos, mas os problemas estruturais persistem. A atual gestão não solucionou o gigante déficit de vagas em

creches. A estimativa é que faltam 6.500 vagas para crianças entre 0 e 3 anos. Os últimos dois grandes programas municipais para as creches estavam a serviço de beneficiar o setor privado. O programa Nave Mãe, por exemplo, desresponsabiliza a prefeitura na gestão das escolas, e o projeto Creche para Todos usa recursos públicos para comprar vagas nas instituições privadas.

A evasão escolar é outro grave problema. Os dados apontam que mais de 90% das crianças entre 5 e 6 anos estão matriculadas, mas quase 50% dos jovens entre 18 e 20 anos não completam o ensino médio.

Agora, em meio a pandemia, Jonas Donizette e Doria, que nunca se preocuparam com os problemas mais candentes da educação pública, querem impor o retorno as aulas presenciais, mesmo sem uma vacina, colocando em risco dezenas de milhares de vidas dos estudantes, educadores e seus familiares.

- Contra o retorno as aulas presenciais, antes de a população ter acesso a vacina!
- Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade! Contra as PPPs!
- Gestão democrática das escolas! Construção de um Conselho popular de educação, onde os profissionais sejam de fato ouvidos, pois são eles os mais qualificados para construir um projeto político pedagógico.
- Garantir verbas publicas, geridas pelo Conselhos de Educação, para: a] Melhoria e ampliação da estrutura para a rede de ensino, b] Valorização dos profissionais da educação, c] Formação continuada para os profissionais, d] Incorporação dos servidores terceirizados, e] Construção de creches que responda ao déficit de vagas da cidade

Transporte

Os ônibus lotados e em péssimas condições de conservação são um drama cotidiano enfrentado pelos trabalhadores e a população das periferias. O transporte na cidade, além de caro, pouco atende as necessidades de locomoção das pessoas, mas sim, ao interesse da máfia das empresas de ônibus.

Com a pandemia a situação piorou ainda mais, pois foram reduzidos os horários e número de linhas, fazendo dos ônibus lotados verdadeiros focos de contaminação do COVID 19.

A prefeitura, totalmente subserviente aos interesses das empresas de ônibus, não cobra melhorias na frota e sequer fiscaliza se o contrato licitatório está sendo cumprido. Além do que utiliza dinheiro público para subsidiar as passagens, e mesmo assim elas continuam caras e as empresas continuam demitindo cobradores e motoristas para aumentar cada vez mais seus ganhos.

Para garantir um transporte de qualidade não basta realizar uma nova licitação. A solução é municipalizar o transporte. Contratar mais motoristas, cobradores, e demais profissionais de transporte com salários dignos e direitos trabalhistas para garantir um transporte público de qualidade.

- Criação de uma empresa pública de ônibus

- Realizar um planejamento de transporte alternativo ao rodoviário, como metro, trens, VRT, que sejam transportes “limpos” de menor agressão ambiental e criação de uma rede de acesso rápido das cidades vizinhas até Campinas e da periferia da cidade ao centro.

Moradia

Campinas tem um problema estrutural com a moradia. É a cidade com maior área de ocupações urbanas do país! Mas Jonas Donizette, e seu Secretário de habilitação, Wagnão, não tiveram qualquer política que solucionasse o déficit habitacional. E pior, em 2020, o orçamento municipal para a área ainda foi reduzido em 10%. Enquanto os ricos lucram com a especulação imobiliária, famílias são ameaçadas de despejo em plena pandemia, como ocorre na Ocupação Mandela 2.

É hora de romper com os parasitas que vivem da especulação imobiliária para garantir moradia digna para toda população, afinal moradia é um direito constitucional.

- Contra os despejos! Todo apoio a luta pela moradia!
- Por um plano de construção de moradias a custo baixo e expropriar os imóveis desocupados que não cumprem sua função social.

Segurança pública

- Inverter a lógica militarizada e hierárquica das polícias. Por uma Guarda Municipal comunitária organizada nas comunidades e centros comerciais, eleita e auto-organizada pelos trabalhadores e povo.
- Centros comunitários de policiamento, abertos 24 horas, com objetivo de conter a violência contra as mulheres, LGBTs, crimes de ódio e de racismo.
- Criação de uma Defensoria da Guarda Civil

Meio ambiente

- SANASA 100% estatal e construção de rede de tratamento de esgoto
- Coleta seletiva de lixo nos bairros
- Contra o projeto de construção da barragem de Souza. Respeito as Áreas de preservação ambiental.
- Projeto de transporte alternativo ao rodoviário.

Combater o machismo, racismo e Lgbtfobia para unir nossa classe na luta contra este sistema de opressão e exploração.

A pandemia aprofundou a desigualdade social e aumentou a barbárie contra os setores mais pauperizados e oprimidos da classe trabalhadora. Existe uma verdadeira pandemia de violência contra as mulheres e LGBTs. Houve um aumento de 36% nos estupros em Campinas em julho deste

ano e no país aumentou em 70% os assassinatos de trans. A juventude negra nas periferias, a margem das políticas de assistência social e serviços públicos, sofre um genocídio devido ao aumento da violência policial. Campinas foi a última cidade do país a abolir a escravidão e o racismo é uma dívida nunca reparada ao povo negro que ocupa os piores postos de trabalho e engrossam o exército de desempregados e subempregados.

É preciso investir em políticas públicas de combate ao machismo, racismo e LGBTfobia para unir a classe trabalhadora e fomentar a organização dos setores oprimidos.

Uma alternativa socialista construída através dos conselhos populares

A cada quatro anos, os trabalhadores são chamados a votar nesse jogo de cartas marcadas que são as eleições. Entra e sai governo e depois de eleitos, todos eles viram as costas para quem os elegeu e governam para os ricos. Tanto os prefeitos de direitas, como os ditos de esquerda, como Izalene do PT, mantiveram essa mesma lógica!

A velha ilusão de governar em aliança com setores ditos progressivos da burguesia, como defendem o PT, PSOL e PCdoB, já mostrou no que resulta nos 13 anos de governo petista e no país, e aqui em Campinas a candidatura de Pedro Tourinho, representa esse mesmo projeto de conciliação de classe. Precisamos de uma prefeitura socialista, operária e popular, que esteja a serviço dos de baixo, que convoque os “de baixo” para se organizar e romper com o capitalismo, para colocar a riqueza produzida a serviço da maioria.

As mudanças necessárias e tão urgentes dependem dos trabalhadores e o povo pobre e oprimido se organizar e inaugurar uma democracia de verdade. Onde a classe auto-organizada, em conselhos populares nos bairros, locais de trabalho e estudo, assumam nas suas mãos as decisões, todos os dias e não apenas a cada dois anos, de para onde devem ir os recursos do município e planeje o que e como será produzido a partir das necessidades dos de baixo e a organize a distribuição desses recursos.